

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CAUSAS DA CRISE DO BANCO SULBRASILEIRO*

*Eduardo Augusto Maldonado Filho***

Introdução

A intervenção no Banco Sulbrasileiro, que ocorreu no início de fevereiro, provocou graves repercussões no sistema financeiro nacional e, além disso, levantou o espectro do desenvolvimento de uma séria crise sócio-econômica no Estado do Rio Grande do Sul com a possibilidade de o Banco Central vir a decretar a sua liquidação extrajudicial. Assim, o intenso debate que se segue à intervenção assume um caráter eminentemente político, com as posições polarizando-se a favor ou contra o saneamento do Banco Sulbrasileiro. De um lado posicionavam-se aqueles grupos de interesse (funcionários, empresários que tinham capitais aplicados no Banco, lideranças políticas do Rio Grande do Sul, etc.) que propugnavam pelo saneamento do referido Banco e cujo argumento central era o de que a liquidação extrajudicial desorganizaria a economia gaúcha; de outro, estavam os interesses dos grandes conglomerados financeiros que defendiam, de fato, a decretação da liquidação do Sulbrasileiro caso não houvesse uma “solução de mercado” possível. No entanto, com a aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de saneamento do Banco Sulbrasileiro, encerra-se o debate, pelo menos nos termos em que tem sido conduzido, uma vez que houve uma inequívoca vitória política daqueles que defendiam o saneamento desse Banco em nome dos interesses maiores da economia gaúcha. Com isso, viabiliza-se, especialmente no Rio Grande do Sul, a retomada do debate sobre o “caso Sulbrasileiro” sob um novo enfoque: onde a análise das causas do “estouro” do Banco é a questão central do debate.

*Agradeço a Danic. Pires Bueno pela assistência a esta pesquisa, bem como por sua orientação na interpretação dos dados contábeis. Sem responsabilizá-los pelos eventuais erros e omissões, que são de exclusiva responsabilidade do autor, agradeço aos comentários e sugestões de Duílio de Ávila Béni, Eugênio Lagemann e José Antônio F. Alonso.

**Economista da FEE.

O fato de ter havido uma vitória política daqueles que defenderam a estatização (ainda que provisória) do Sulbrasileiro não significa, de forma alguma, que as razões que foram por eles apresentadas para explicar a quebra do banco sejam corretas. Na verdade, os trabalhos que defenderam o saneamento do Sulbrasileiro não apresentaram explicações correntes e bem fundamentadas dos fatores que o levaram à falência. A força dos argumentos reside, de um lado, no seu apelo político-regionalista e, de outro, na constatação de que a quebra do Sulbrasileiro teria profundas repercussões, principalmente sobre a economia gaúcha. Assim, a justificativa para a estatização do banco está relacionada, simplesmente, às conseqüências que a sua liquidação teria na economia do Rio Grande do Sul, e não à compreensão das causas que levaram o banco à falência. É evidente que a recuperação do Sulbrasileiro passa pelo conhecimento das causas — tanto internas como externas ao banco — que determinaram sua quebra. Nosso propósito é, tão-somente, o de apresentar a presente análise do “caso Sulbrasileiro” como forma de iniciar a discussão dos determinantes de sua quebra. A avaliação da solução adotada ou das propostas sugeridas foge ao escopo do presente trabalho.

Este trabalho está dividido em três seções. Na primeira, discutiremos as principais razões que foram apontadas pelos defensores do saneamento do Banco — ou seja, pelo que estamos chamando de “a posição gaúcha” — para explicar a “quebra” do Sulbrasileiro. A segunda seção tratará da evolução recente do sistema bancário, onde tentaremos indicar o caráter generalizado de crise desse setor. Finalmente, discutiremos a evolução recente do Banco Sulbrasileiro, onde procuraremos argumentar que as causas de seus problemas se localizam na sua ineficiência operacional e administrativa, num contexto de crise do sistema financeiro nacional.

1 — As causas do “estouro” do Banco Sulbrasileiro, segundo a “posição gaúcha”

A quebra do Banco Sulbrasileiro foi interpretada, por grande parte dos analistas econômicos e da opinião pública gaúcha, como mais uma prova do esvaziamento econômico do Rio Grande do Sul, cuja explicação básica está na forma subordinada com que a economia regional se relaciona com a economia nacional e, também, no tratamento discriminatório dispensado pelo Governo Federal aos interesses gaúchos (a estrutura tributária e a política de isenções são sempre lembradas como exemplos da subordinação dos interesses da economia gaúcha aos interesses dos centros hegemônicos nacionais). Com efeito, a subordinação da economia gaúcha aparece apenas como fator explicativo mais geral para o empobrecimento econômico do Estado, entretanto ela não seria suficiente, por si mesma, para explicar o enfraquecimento e mesmo a ruína do “sistema financeiro gaúcho”. Essa explicação deveria ser buscada, pelo que se depreende do debate sobre o “caso Sulbrasileiro”, nas centralizações financeira e tributária ocorridas pós-64 e nas políticas governamentais que acabaram privilegiando os centros hegemônicos. Não cabe discutir ou criticar, neste

contexto, a premissa central dessa interpretação, ou seja, de que a crise da economia gaúcha advém da sua subordinação à economia nacional; o trabalho **A produção gaúcha na economia nacional** (FEE, 1983) representa uma superação desse enfoque teórico, e a discussão sobre a questão regional nos **Ensaio FEE**, (1983) permitiu, na nossa opinião, revelar de forma clara a insuficiência dessa abordagem. Além disso, os dados estatísticos não confirmam as predições dessa posição. O que cabe salientar aqui são apenas algumas das razões apresentadas, dentro desta abordagem, para a quebra do Sulbrasileiro e a nossa crítica a elas.

O processo de concentração que ocorreu no sistema financeiro nacional e que foi estimulado pelo Governo Federal com vistas a aumentar a sua eficiência é muitas vezes apontado como sendo um dos fatores que contribuíram não só para o definhamento do “sistema financeiro gaúcho” e da economia do Estado, mas também, de forma mais específica, para a quebra do Banco Sulbrasileiro.

Vejamos, em primeiro lugar, a alegação de que o processo de centralização do sistema financeiro tenha sido prejudicial ao Rio Grande do Sul. No plano empírico, argumenta-se que a economia gaúcha tem perdido posição relativa em comparação com as demais regiões do País, o mesmo ocorrendo com a participação relativa do “sistema financeiro gaúcho” no total nacional. O definhamento da “estrutura financeira gaúcha”, por sua vez, teria efeitos negativos para o crescimento econômico do Estado, uma vez que “(. . .) a presença dos conglomerados do centro do país no Rio Grande do Sul é uma das origens da evasão de recursos que empobrece crescentemente o Estado” (Carrion Jr., 8.4.85, p. 4). A questão inicial é saber se, de fato, os dados empíricos comprovam o “definhamento do sistema financeiro gaúcho” e o esvaziamento econômico do Estado. Segundo Carrion Jr., o Rio Grande do Sul contribui, em relação à economia nacional,

“(. . .) com 9% da produção nacional bruta, 12,5% das exportações, 25% da produção nacional de grãos, 48% da produção de implementos agrícolas, 26% dos óleos vegetais, 31% de adubos e fertilizantes, 37% de carrocerias para veículos, 38% de cutelaria e armas, 43% de calçados, 55% da produção de vinhos e, entretanto, estamos correndo o risco de ter apenas (caso houvesse a liquidação dos bancos Sulbrasileiro e Habitassul) 1,5% de estrutura financeira nacional” (Carrion Jr., 8.4.85, p. 4).

Esses dados, se fossem corretos, demonstrariam que, de fato, a “estrutura financeira gaúcha” se reduziu a níveis assustadoramente baixos. No entanto uma análise mais cuidadosa desses dados revela que se está comparando coisas distintas, ou seja, esta é uma comparação falaciosa. Os dados percentuais arrolados, com exceção do relacionado com a estrutura financeira, referem-se à produção que se realiza dentro das fronteiras do Estado, independentemente de onde se localiza a sede das empresas ou da “nacionalidade” dos proprietários. Por outro lado, a participação relativa do “sistema financeiro gaúcho” no total nacional refere-se, claramente, àquelas empresas do setor financeiro cuja matriz se localize no Rio Grande do Sul. É evidente que esses dados não são passíveis de comparação. De duas uma, ou retira-se dos dados de participação relativa de todos os setores arrolados (onde isso for possível) a con-

tribuição daquelas empresas não gaúchas (multinacionais ou cuja matriz se localize fora do Estado); ou, ao contrário, deve-se incluir no dado referente à participação do “sistema financeiro gaúcho” todas as empresas do sistema financeiro que estejam operando no Estado — independentemente da localização de cada matriz. Portanto, a evidência empírica que é apresentada para demonstrar o definhamento do “sistema financeiro gaúcho” demonstrou ser errada; ela não pode simplesmente ser utilizada nem para apoiar nem para refutar a hipótese de que esse “sistema” teve sua participação reduzida em relação ao total nacional. No entanto se utilizarmos os dados referentes ao mesmo “sistema” no seu sentido de localização geográfica, o que possibilita que se compare com os demais dados apresentados pelo Deputado Carrion Jr., verificamos que a participação do Rio Grande do Sul é expressiva e que se manteve ao longo do tempo. Em outras palavras, não houve, simplesmente, uma redução ou definhamento do “sistema financeiro”, e nem se verifica uma assustadora desproporção entre a participação gaúcha em termos de produto (9%) e de estrutura financeira (2,9%), uma vez que, de fato, a participação relativa da “estrutura financeira gaúcha” no total nacional é de 10,5%.¹ O que há de verdadeiro nessa tese é simplesmente o seguinte: o sistema financeiro nacional passou por um rápido processo de concentração, e no bojo desse processo houve, também, uma expressiva concentração regional do sistema financeiro, no sentido de que os bancos do Centro do País acabaram por se expandir e, nesse processo, acabaram absorvendo casas bancárias regionais, de tal forma que hoje eles detêm expressiva participação dentro do sistema financeiro qualquer que seja a variável que se utilize para medir o grau de concentração.

Os dados estatísticos também não confirmam a hipótese de que a economia gaúcha vem apresentando uma tendência de perda da sua participação relativa na Renda Interna global do País, ou seja, de que existe um esvaziamento econômico do Estado quando comparado com os demais estados da Federação. Os dados da FEE indicam claramente que, apesar das oscilações associadas aos movimentos cíclicos da economia brasileira, a participação da Renda Interna global do Rio Grande do Sul na Renda Interna do Brasil tem se mantido em torno de 8,4% desde 1970.² Portanto, as evidências empíricas existentes negam a hipótese de que tenha havido um esvaziamento econômico do Rio Grande do Sul em relação aos demais estados, ou que o seu “sistema financeiro” tenha definhado.

As considerações feitas acima invalidam, é verdade, a alegação de que o definhamento do “sistema financeiro gaúcho” tenha tido conseqüências negativas para a economia do Estado — pelo simples fato de que isso não ocorreu —, mas elas não são suficientes para invalidar a segunda parte da alegação, ou seja: de que a presença dos conglomerados do Centro do País seja a causa de uma fonte de evasão de re-

¹ Ver Quadro 7 do Apêndice Estatístico. Por problemas de espaço, deixamos de incluir este Apêndice nesta Revista. No entanto os interessados podem obter uma cópia através de pedido por escrito endereçado ao autor.

² Ver Tabela 1, Apêndice Estatístico de Maia Neto et alii (1985).

recursos. Em primeiro lugar, seria necessário que se realizasse uma quantificação rigorosa com vistas a verificar se realmente tem havido uma evasão sistemática de capitais do Estado, o que, na nossa opinião, é muito improvável que ocorra. E, em segundo lugar, mesmo que se comprove a evasão de recursos via sistema financeiro, isso não implica que ele seja o causador desse fenômeno. Afinal, os capitais (recursos) fluem através do sistema financeiro em busca de aplicações mais rentáveis e, se esses investimentos se localizam principalmente fora das fronteiras do Rio Grande do Sul, é claro que haverá “evasão de recursos”, só que as causas não podem ser atribuídas ao sistema financeiro, mas devem ser buscadas nas razões por que os investimentos na região são menos rentáveis do que nas demais regiões.³

Antes de prosseguirmos é necessário deixar claro que o nosso argumento exposto acima não implica negar a existência de uma grave crise na economia do Estado. O que estamos procurando contestar é simplesmente a noção de que o processo de concentração do sistema financeiro tenha repercussões negativas específicas para o Estado, ou seja, que esse processo seja relevante sob o ponto de vista da economia regional e, também, a idéia de que a economia gaúcha esteja perdendo participação em relação à economia nacional. Como vimos acima, o Rio Grande do Sul tem mantido sua participação relativa em torno de 8,4%, não apresentando, pois, tendência de “empobrecimento crescente” quando comparado com a economia nacional. A relação entre o processo de concentração do sistema financeiro e a sua possível contribuição para a quebra do Banco Sulbrasileiro será tratada mais abaixo.

Outra linha de argumento que tem sido apresentada para explicar a quebra do Banco Sulbrasileiro privilegia as ações e intenções de pessoas ou grupos, ou seja, centra-se nos aspectos políticos da questão, mas isso não significa que este enfoque se contraponha ao discutido anteriormente. Na verdade, esta linha de argumento se baseia de forma implícita na concepção de que a subordinação econômica do Rio Grande do Sul resultou no seu empobrecimento relativo, apenas que privilegia os aspectos políticos dessa relação. Isto é, o relativo esvaziamento da economia gaúcha teria sido acompanhado, também, por uma redução de seu poder político junto aos centros de decisão do Governo Federal e, por conseguinte, haveria espaço para que grupos do Centro do País “impusessem” ao Governo da União a adoção de medidas e de políticas econômicas que privilegiariam seus interesses em detrimento dos interesses da economia regional.

³ Argumentar que a “evasão de recursos” que os conglomerados do Centro do País porventura realizem se deve ao fato de que eles preferem aplicar os recursos aqui captados nas empresas de seus respectivos estados ou de propriedade de amigos e conhecidos é, evidentemente, desconhecer as leis do capitalismo. Mais ainda, é supor que a administração de um banco ou de uma empresa que desconhece os critérios ditados pela rentabilidade e segurança e que adota critérios de amizade, parentesco e localização geográfica possa ter um bom desempenho e sobreviver na difícil batalha da concorrência. Aliás, um dos problemas do Banco Sulbrasileiro está, justamente, no fato de que sua administração, em muitas de suas aplicações, tenha adotado critérios “não capitalistas”.

A onda de rumores sobre as condições do Banco Sulbrasileiro tem sido apontada, com muita frequência dentro desse enfoque, como o fator determinante da necessidade de o Banco Central intervir nesse banco. Essa é a posição, por exemplo, do Cel. Hélio Prates da Silveira, presidente do Sistema Financeiro Sulbrasileiro na época da intervenção, e de ex-diretor da área bancária do Banco Central, José Luiz Silveira Miranda (ver, por exemplo, Folha de São Paulo de 27.3.85, p. 16). No Rio Grande do Sul, os rumores foram muitas vezes interpretados como parte de um “complô” contra o Sulbrasileiro por parte de grupos financeiros do Centro do País, sendo que a área econômica do Governo Federal não teria agido no sentido de “estancar” os rumores, o que não teria permitido à direção do Banco Sulbrasileiro encontrar uma solução de mercado. Ou seja, a omissão da área econômica do Governo permitiu que a onda de rumores se intensificasse de forma a tornar inevitável a intervenção no Banco Sulbrasileiro (ver, por exemplo, a entrevista de Cel. Hélio Prates da Silveira em ZH de 7.3.85). Essa mesma maneira de abordar a questão aparece de forma freqüente na imprensa gaúcha. Por exemplo, a jornalista Eunice Jacques (17.2.85, cad. econ. p. 1), no artigo “SOS pode vir tarde: e por que o Rio Grande?”, ao abordar o “caso Sulbrasileiro”, indica, claramente, que “(. . .) a notícia sobre a intervenção no Sulbrasileiro foi, aos poucos, ‘plantada’”, e pergunta: “(. . .) quem teve interesse em ‘plantar’ os boatos que conduziram à intervenção?”. Mais ainda, constata que o Governo auxiliou negócios como o escândalo Coroa-Brastel e outros, e pergunta

“(. . .) por que (o Governo) não garantiu recursos ao Sulbrasileiro, promovendo uma intervenção branca, sem corridas e sem esse padecimento na economia gaúcha? Por que o avião do dinheiro só aterrisou em Porto Alegre (. . .) quando o furacão financeiro gaúcho já lançava ventanias sobre o sistema bancário brasileiro e assustava até os empresários paulistas?”

Finalmente, ela encerra seu artigo perguntando: “(. . .) por tudo isso, e pelo muito que se ignora, por que o Rio Grande?”.

A parcialidade e a fragilidade desses argumentos são por demais evidentes. Em primeiro lugar, como a história tem demonstrado repetidamente, os rumores não são capazes de gerar crises, mas são, ao contrário, produtos da própria crise. Mais ainda, os boatos sobre o Banco Sulbrasileiro tiveram sua origem nas dificuldades enfrentadas por este no dia 31 de janeiro para zerar sua posição no “open market” — fato que repercutiu no mercado, dificultando a captação de recursos por parte do Banco. Deve-se também ter em mente que as mudanças ocorridas no plano político tornaram inviável ao Governo socorrer (mesmo que assim o desejasse) o Banco Sulbrasileiro com recursos públicos, quer através de uma intervenção branca, quer através de qualquer outra forma que não fosse realizada às claras. A sugestão de que a intervenção do Banco Central no mercado financeiro, através do suprimento de liquidez ao sistema, só se fez quando as repercussões passaram a “assustar os empresários paulistas” é totalmente distorcida. Afinal, os maiores atingidos estavam sendo os próprios bancos gaúchos, e — mais importante — a intenção do Banco Central

foi claramente a de sustar a corrida aos bancos que ocorria em Porto Alegre e que estava colocando em risco a viabilização de todo o sistema financeiro nacional. De fato, a atuação do Banco Central nesse episódio foi no sentido de defender os interesses do sistema financeiro nacional independentemente do julgamento que se faça dessa atuação, e não, como foi sugerido, no sentido de defender os interesses dos “empresários paulistas”. Na verdade, outros bancos têm sido envolvidos numa onda de boatos, como é o caso do banco paulista Comind, o que descaracteriza qualquer tentativa de ver o “caso Sulbrasileiro” sob a ótica de interesses regionais, ou seja, de que se procure analisar esta questão a partir da pergunta: por que o Rio Grande?⁴ A compreensão do estouro do Banco Sulbrasileiro deve ser buscada nos problemas por que passa o sistema financeiro nacional e não nos interesses das economias regionais como apontam os analistas gaúchos.

Finalmente, cabe retornar ao enfoque que relaciona a quebra do Banco Sulbrasileiro ao processo de evolução recente do sistema nacional, ou seja, ao seu processo de concentração e diferenciação.

Neste enfoque, a questão regional é desconsiderada enquanto categoria analítica relevante para entender o “caso Sulbrasileiro”, ainda que seja destacada a importância do Banco na economia gaúcha e das repercussões negativas que a sua liquidação traria para o Estado do Rio Grande do Sul. Em outras palavras, a questão regional assume um papel relevante não para explicar os problemas do Banco Sulbrasileiro — que são corretamente colocados sob a ótica da economia nacional —, mas sim como forma de se evitar que as conseqüências negativas da quebra de um grande conglomerado financeiro recaia, fundamentalmente, sobre a economia gaúcha. Mais ainda, a necessidade de preservação do Banco Sulbrasileiro é vista como condição necessária para o fortalecimento do Estado. A exposição mais detalhada desse enfoque aparece em um texto chamado “O Caso Sulbrasileiro/Habitasul no Contexto de uma Reconstrução da Economia Brasileira”, discutido em seminário interno na FEE. Infelizmente, o texto é muito genérico, não aprofundando a discussão das causas dos problemas quer do sistema financeiro nacional, quer da quebra do Banco Sulbrasileiro em especial. Vejamos, entretanto, os principais pontos levantados pelo referido texto.

Na primeira parte, os autores argumentam que a solução para o “caso Sulbrasileiro” passa por uma redefinição da política econômica implementada pelo Governo, o que implica a adoção de medidas que propiciem a retomada do crescimento econômico, que reduzam o grau de concentração do sistema financeiro e que compatibilizem a esfera financeira com a produtiva. Num verdadeiro rompante de retórica, os autores chegam a afirmar que “(. . .) recuperar o Sulbrasileiro/Habitasul, através de uma administração moderna, competente e dinâmica, incorporada num

⁴ Cabe lembrar que o Banco Central foi, também, extremamente rígido com o Banco Brasilinvest, decretando a sua liquidação extrajudicial diretamente, sem antes realizar o processo de intervenção, como o fez no caso do Banco Sulbrasileiro.

plano de política econômica, é o caminho inaugural, com a participação do Congresso, para a retomada do crescimento da economia brasileira” (Maia Neto et alii, 1985, p. 2). A segunda seção do texto procura evidenciar, de forma bastante breve, as principais modificações do sistema financeiro pós-64 e afirma que um dos principais problemas por que passa a economia nacional decorre do fato de que

“(. . .) com a reversão do ciclo de crescimento e o conseqüente retraimento da produção, o setor financeiro tende, de maneira crescente, a se afastar desta última e busca refúgio na especulação com papéis públicos e privados. E é exatamente esse fato que explica a manutenção ou mesmo a expansão da lucratividade desse setor, enquanto o resto da economia estagnava ou regredia” (Maia Neto et alii, 1985, p. 4).

É verdade que os autores apontam para o fato de que existem evidências indicando que a continuidade da crise na esfera produtiva começa a causar “pelo menos um certo abalo” (Maia Neto et alii, 1985, p. 4) no sistema financeiro. A conclusão, no entanto, é de que a superação da crise passa por “(. . .) uma ampla reforma nas instituições, capaz de permitir o reencontro do sistema com o setor produtivo” (Maia Neto et alii, 1985, p. 4). Portanto, na visão dos autores, o problema central que afeta o sistema financeiro está no seu distanciamento do setor produtivo — no “carrossel das finanças” — e não numa crise do próprio sistema financeiro. A terceira seção trata de situar a “economia gaúcha” no contexto da “economia brasileira” (Maia Neto et alii, 1985, p. 5), apresentando dados relevantes sobre a participação regional no total nacional. O curioso a salientar neste contexto é a existência de uma contradição entre esta seção e as demais no que diz respeito ao papel do sistema financeiro. Nas seções anteriores e nas demais, os autores argumentam que o sistema financeiro tinha se afastado de sua “tarefa histórica” de financiar o setor produtivo para “rodar em torno de si mesmo” (Maia Neto et alii, 1985, p. 1); agora, no entanto, eles afirmam que, na atual crise econômica, “(. . .) o sistema financeiro gaúcho vinha contribuindo para evitar um agravamento da situação, tendo ampliado, sobremaneira, sua contribuição à produção do Estado” (Maia Neto et alii, 1985, p. 6). É verdade que aqui estão se referindo ao “sistema financeiro gaúcho” — ainda que não seja esclarecido o seu significado —, enquanto nas demais seções do texto eles se referem ao sistema financeiro nacional. Não há, no entanto, nenhuma indicação de que, na opinião dos autores, haja uma diferença entre ambos no que diz respeito à sua vinculação com o setor produtivo, o que reforça a impressão da existência de uma contradição entre esta avaliação e a que prevalece ao longo do texto.

Na quarta seção do trabalho, os autores procuram evidenciar a importância do Banco Sulbrasileiro para a economia gaúcha de forma a justificar o saneamento do Banco. Nessa tarefa, os autores tratam “(. . .) de avaliar as repercussões que a liquidação do Banco traria sob o aspecto econômico, social e financeiro” (Maia Neto et alii, 1985, p. 7-8). O resultado, como não poderia deixar de ser, é de que a liquidação do Banco teria efeitos negativos sobre o mercado de trabalho e sobre as empresas que têm parte de seus capitais aplicados na mesa de “over” do Sulbrasileiro. Tendo em vista os nossos objetivos, não cabe analisar, com mais detalhes, a avalia-

ção contida no texto em exame. Cabe indicar, entretanto, que a avaliação desenvolvida para justificar o saneamento do Sulbrasileiro independe da análise apresentada nas seções anteriores. Em outras palavras, a análise apresentada no texto, por seu caráter genérico e incompleto, não é suficiente para embasar a proposta de saneamento defendida pelos autores. As razões que justificariam a proposta defendida estão contidas na quarta seção — a importância do Banco Sulbrasileiro para o Rio Grande do Sul.⁵

Finalmente, cabe referir — ainda que de forma breve, pois não é este o objetivo precípua desses comentários — a idéia do texto no que diz respeito aos problemas do sistema financeiro, a saber: o desequilíbrio entre as esferas financeira e produtiva ou, nas palavras dos autores,

“(. . .) numa época, onde a taxa de juros está abusivamente acima da taxa de lucro esperada, o sistema financeiro roda em torno de si mesmo. É o carrossel das finanças. O sistema financeiro brasileiro torna-se distante da área produtiva, deixando de participar na formação da riqueza material do País, relegando o emprego e a questão social para outra oportunidade” (Maia Neto et alii, 1985, p. 1).

Essa interpretação, na nossa opinião, parece confundir as causas com os seus efeitos. Senão vejamos. Uma das características mais salientes das crises no sistema capitalista é o crescimento da especulação, quer nos mercados financeiros, quer nos mercados de “commodities”. Portanto, o fato de o mercado financeiro no Brasil apresentar um forte componente especulativo não é indicativo, por si só, da presença de qualquer “novidade”. Menos ainda, é o fato de que a especulação represente um “deslocamento” entre o financeiro e o produtivo — isso é apenas a característica da especulação, ela ocorre a nível de mercado, na compra e na venda, e não a nível da produção. Mais importante, no entanto, é o fato de que o crescimento da especulação financeira se constitui em um efeito da crise e não em sua causa. A queda dos níveis de lucratividade e a conseqüente redução dos níveis de produção liberam massas de capital do circuito produtivo que serão aplicadas no mercado financeiro. A demanda por esses recursos cresce de forma acentuada, tendo em vista a necessidade do financiamento dos estoques, de rolagem das dívidas, etc. na tentativa dos capitalistas de evitarem realizar suas perdas. Assim, as taxas de juros ele-

⁵ Na verdade, existe um possível elo de ligação entre a terceira e a quarta seções que está contido na afirmação (que já criticamos anteriormente como estando em contradição com a idéia central do texto) de que “(. . .) o sistema financeiro gaúcho vinha contribuindo para evitar um agravamento da situação, tendo ampliado, sobremaneira, sua contribuição à produção do Estado” (Maia Neto et alii, 1985, p. 6). Essa possibilidade não nos parece, de forma alguma, promissora, pois teria que partir do conceito de “sistema financeira gaúcho” segundo a localização da casa matriz, conceito esse completamente inadequado para a questão em discussão. Além disso, a idéia acima referida está, claramente, baseada nos conceitos de contabilidade nacional e não de funcionamento do sistema econômico como seria necessário.

vam-se, e é no auge da crise que elas se encontram no seu patamar mais elevado. Dessa forma, a superação da crise é que se constitui na condição necessária para reduzir o movimento especulativo aos seus níveis “normais”. É evidente que essas são apenas as características mais gerais das crises, sendo que as formas concretas que assumem apresentam muitos outros aspectos que são importantes tanto para compreendê-la, como para adotar políticas (e reformas) econômicas que facilitam sua superação. O que queremos salientar neste contexto é tão-somente o equívoco de apontar características gerais das crises — o “carrossel das finanças” — como se fossem aspectos diferenciados e determinantes dela.⁶ Por outro lado, a noção de que o sistema financeiro brasileiro, na presente crise, “(. . .) deixou de ser um intermediário entre poupadores e empresas para auto-alimentar-se da própria valorização do dinheiro, perdendo gradativamente seu vínculo, com a produção” (JC, 9.4.85, cad. 2) é bastante problemática. Como veremos adiante, o aumento das taxas de juros e a necessidade de o Governo e de suas empresas financiarem suas dívidas determinou, de fato, uma modificação importante no perfil das aplicações dos bancos, a saber: uma redução dos empréstimos às empresas privadas e um substancial crescimento das aplicações nos títulos governamentais. Na verdade, essa modificação do perfil das aplicações se deu, por um lado, pela retração das empresas privadas na tomada de empréstimos bancários devido às elevadas taxas de juros e pela necessidade de reduzirem seus índices de endividamento e, por outro, pela política de governo de financiar, no mercado aberto, a sua crescente dívida interna. Mais uma vez, esse fenômeno é uma consequência da continuidade da recessão e não uma de suas causas. Da mesma forma, o fato de ter havido uma “perda gradativa do vínculo do sistema financeiro com a produção” parece superdimensionada. Afinal, os empréstimos ao setor agrícola foram ampliados devido aos contingenciamentos impostos pelo Governo, e os empréstimos ao setor industrial privado não são desprezíveis. Se esses empréstimos estão sendo primordialmente utilizados para a rolagem das dívidas das empresas ou para o financiamento de produção, ainda que importante sob o aspecto da superação da crise, isso é irrelevante no que diz respeito ao vínculo existente entre bancos e empresas. Finalmente, a afirmação de que os bancos passaram a “auto-alimentar-se da própria valorização do dinheiro” é, pelo menos para nós, incompreensível. Afinal, o conceito de inflação implica, necessariamente, a desvalorização do dinheiro. Nessas circunstâncias, fica difícil entender como os bancos “se auto-alimentam” através da “valorização do dinheiro” quando este, de fato, se desvaloriza.

⁶ O fato de apontarmos a especulação como uma característica geral dos momentos de crise não significa que não haja diferenças importantes na forma como esse movimento se expressa na realidade em cada momento histórico. Mas isso não lhe tira o caráter genérico.

2 – Evolução recente do sistema financeiro: problemas e implicações

Como indicamos anteriormente, a compreensão do “caso Sulbrasileiro” só será possível se abordarmos este problema a partir do ponto de vista da economia brasileira e, de forma mais específica, das modificações engendradas pela política econômica na evolução recente do sistema financeiro. As repercussões da quebra do Banco Sulbrasileiro teriam tido, sem sombra de dúvida, um impacto desproporcionalmente elevado sobre a economia gaúcha em relação às demais regiões do Brasil, mas os determinantes dessa quebra não são explicáveis a partir dos problemas da economia do Estado. Ou seja, as repercussões de uma possível quebra do Banco gera problemas de caráter regional, mas isso não implica que as causas que determinaram seus problemas tenham, também, um caráter regional. Na seção anterior, nós criticamos as principais tentativas de se procurar entender os problemas do Sulbrasileiro a partir do enfoque regional, indicando que se deve abandonar este enfoque para a correta análise das causas que determinaram o estouro do Banco. É necessário considerar, em primeiro lugar, os problemas que atribulam o sistema financeiro nacional e, só a partir daí, será possível avaliar as causas dos problemas dos bancos gaúchos.

O sistema financeiro nacional, que se reestruturou com as reformas implantadas no período 1964-67, passou por importantes transformações no período mais recente. Não só ocorreu um processo acelerado de concentração, mas também se verificou a conglomeração do sistema que foi estimulado pelo Governo com o objetivo de reduzir os custos e, portanto, possibilitar um aumento da eficiência do setor. Outro fator importante na evolução do sistema tem sido a política de controle monetário que o Governo vem adotando desde 1980 conforme veremos abaixo.

Com os problemas que o Brasil passou a enfrentar nas suas contas externas a partir de 1980, o Governo procurou incentivar a tomada de recursos externos como forma de contornar-los. Assim, já em 1980 o Governo estabelece um limite à expansão do crédito de 45% ao ano, enquanto mantém os juros tabelados. Dessa forma, ele procura incentivar a tomada de recursos externos e, ao mesmo tempo, manter as taxas de juros internas baixa. Isso, no entanto, gera problemas de lucratividade para o setor financeiro que passa a pressionar o Governo para liberar a taxa de juros. No ano seguinte (1981), o Governo cede a essas pressões e libera a taxa de juros, mas mantém o controle quantitativo do crédito. A elevação das taxas de juro internas – que se tornam mais elevadas do que as taxas de juro do mercado internacional e, portanto, incentivam a entrada de recursos via Resolução nº 63 do Banco Central – também aumenta significativamente a rentabilidade do setor, que passa a ser visto como o único que se beneficia da crise econômica. Além disso, a conjunção juros elevados e controle quantitativo do crédito possibilitou ao Governo expandir suas operações no mercado aberto. Como as taxas dos títulos do Governo se mostraram, ao longo do ano, superiores às taxas do “overnight”, as carteiras de “open market” dos bancos também se mostraram lucrativas. Tais fatos explicam o excepcional nível de lucratividade do sistema financeiro no ano. No entanto surgem preocupações, dentro

do próprio sistema financeiro, em relação à possibilidade de aumentar a inadimplência das empresas devedoras ao setor.

No ano de 1982, a lucratividade do sistema financeiro declina em comparação com o ano anterior, apesar da manutenção do controle quantitativo de crédito e o não tabelamento dos juros. Isso se deve, principalmente, ao crescente custo de captação por parte do sistema, ou seja, a partir de 1982, passa a haver uma crescente participação dos depósitos a prazo — que são recursos remunerados — no passivo dos bancos. O acréscimo dos custos de captação reduziu as margens de lucro dos bancos; além disso, o fato de as taxas de juros continuarem num nível elevado aumentou o risco dos empréstimos a tal ponto que os próprios banqueiros se mostraram preocupados com a saúde financeira das empresas. Neste período, as companhias de crédito imobiliário, principalmente aquelas pertencentes aos conglomerados, apresentaram uma evolução favorável.

A maxidesvalorização do cruzeiro, decretada pelo Governo em fevereiro de 1983, resultou em elevados ganhos para os bancos, pois estes possuíam grandes quantidades de títulos públicos com cláusula de correção cambial. No entanto a continuação do quadro recessivo associado ao elevado nível das taxas de juros aumentou de forma significativa as inadimplências do setor privado, com a conseqüente deterioração do ativo dos bancos. Além disso, a tentativa do Governo de reduzir o déficit do setor público implicou o controle de crédito às empresas estatais, o que determinou que essas empresas passassem a acumular atrasos junto aos bancos, que, por sua vez, tiveram que contabilizar pelo menos parte destes, atrasos na conta de créditos em liquidação. Cabe também ressaltar que a revogação do controle quantitativo do crédito para os clientes do setor privado, que ocorreu em junho, se deu num momento de retração na demanda por crédito, o que resultou numa intensificação da concorrência e numa redução dos lucros. Esses fatos, mais o aumento das exigibilidades para o crédito rural, vieram a desenhar um quadro problemático para o sistema financeiro. Afinal, os resultados excepcionais obtidos em 1983 pelos bancos estão fundamentalmente ligados aos efeitos da maxidesvalorização sobre as suas respeitáveis carteiras de títulos públicos, e não às operações tradicionais do setor, ou seja, os empréstimos.

A rentabilidade do sistema financeiro declina no ano de 1984, como era de se esperar, e não houve modificações significativas no seu panorama. Os principais problemas do setor persistem: a deterioração da qualidade das carteiras de empréstimos, fato que aumenta os riscos e reduz os lucros do setor; a elevada participação de recursos remunerados no passivo dos bancos, ou seja, a crescente participação dos depósitos a prazo e a elevação no custo de captação desses recursos; e o declínio da rentabilidade nas operações de "open market" devido ao aumento nas taxas de juros no "overnight". Por outro lado, houve certa reanimação no mercado de crédito e uma elevação significativa nas tarifas que os bancos cobram pelos serviços que prestam. Cabe destacar que a evolução favorável dos empréstimos se deve, possivelmente, aos créditos à exportação, pois as empresas em geral estavam com recursos de caixa e pouco demandaram por créditos aos bancos.

As decisões de política monetária adotadas ao longo do período 1980-84 de-

terminam importantes alterações na estrutura de aplicações dos bancos. Como vimos, a política do controle quantitativo do crédito, a imposição de exigibilidade de parcelas dos recursos captados para serem destinados ao setor agrícola (à taxas subsidiadas), etc. resultaram numa brutal elevação das taxas de juros e na conseqüente retração da demanda por empréstimos por parte das empresas privadas. Num primeiro momento, esses fatores favoreceram a rentabilidade do sistema financeiro, pois o aumento das margens de lucro compensaram a redução no volume de empréstimos. Além disso, os recursos excedentes foram canalizados para as operações do mercado aberto que o Governo intensificou nesse período ou para os empréstimos às empresas estatais. Assim, o sistema financeiro obteve excepcionais níveis de lucratividade no período. Uma das conseqüências desses fatos é que o setor financeiro privado tornou-se o principal credor do setor público, fazendo com que a solução para o déficit público tenha inevitáveis repercussões no sistema financeiro privado. Outro aspecto a salientar é que, com as elevadas taxas de juros vigentes, as melhores empresas privadas deixaram de tomar empréstimos junto ao sistema financeiro ou reduziram muito essa demanda, de tal forma que as carteiras de empréstimos dos bancos passaram a conter uma elevada participação de empresas que estão em má situação financeira. Isso determinou uma sensível deterioração dos ativos do setor. Junto a essa perda da qualidade de seus ativos, os bancos viram os custos de captação crescerem significativamente como conseqüência da aceleração do processo inflacionário. Portanto, o sistema financeiro encontra-se numa situação difícil, sendo que a superação dessa crise depende, fundamentalmente, do encaminhamento que o setor público dará aos problemas de sua imensa dívida, em especial do inevitável rearranjo que será necessário fazer nos passivos das empresas públicas que, de fato, as tornam inviáveis economicamente.

As dificuldades do sistema financeiro aparecem não só no crescimento das contas dos créditos em liquidação, na queda das taxas de rentabilidade ou na necessidade de aumentarem de forma significativa as taxas de serviço para incrementar suas receitas, mas também, e principalmente, nas dificuldades que alguns bancos de grande porte (como, por exemplo, o Comind e o Auxiliar) enfrentam, além das quebras dos bancos Sulbrasileiro, Habitasul e Brasilinvest.

As considerações anteriores parecem-nos suficientes para sustentar a concepção de que os problemas que afetaram o Banco Sulbrasileiro estão relacionados, fundamentalmente, com a crise por que passa o sistema financeiro nacional, tendo em vista, é claro, o contexto de profunda recessão da economia brasileira.

3 – O Banco Sulbrasileiro no contexto do sistema financeiro nacional

No período 1980-83, o Banco Sulbrasileiro apresentava um bom posicionamento no “ranking” dos bancos comerciais privados, quer no que diz respeito ao volume de depósitos (o Banco oscilou entre a 10ª e a 13ª posição), quer em rela-

ção aos empréstimos (situou-se entre o 12º e 15º lugar), quer em relação ao número de agências, critério sob o qual sua posição no “ranking” passa para o 8º lugar com 378 agências. Na verdade, esses dados servem como indicadores do porte do Banco, mas não são capazes de revelar o seu desempenho, critério fundamental para se auferir sua potencialidade e sua viabilidade. Nesse aspecto, os dados apresentados pela revista **Balanco Anual** (1979/83) indicam claramente que o Banco Sulbrasileiro apresentou um desempenho inferior àquele apresentado pelo setor bancário. Vejamos: em 1981, a rentabilidade do patrimônio líquido do Sulbrasileiro foi de 9,7%, enquanto a taxa média para o setor foi de 22,8%. Em 1982, os dados de desempenho foram de 6,0% e 21,2% respectivamente, enquanto para 1983, segundo os dados da revista **Melhores e Maiores** (1983), se verifica a seguinte situação: 6,7% e 17,62% respectivamente⁷. Os diferenciais nas taxas de rentabilidade revelam, mesmo numa primeira aproximação, o fraco desempenho do Banco Sulbrasileiro. Observa-se que, apesar do período considerado ter sido de excepcional rentabilidade para o setor bancário privado, o Banco Sulbrasileiro obteve um desempenho muito fraco, tendo sido bem abaixo da média para o setor.

3.1 – O desempenho do Banco Sulbrasileiro em comparação com o Bradesco e o Auxiliar⁸

O Quadro 3, em anexo, apresenta uma série de indicadores, construídos a partir dos dados dos balanços, para os bancos Auxiliar e Bradesco no período 1981-83 e para o Banco Sulbrasileiro no período 1978-83.

Os indicadores do Quadro 3 mostram que, em termos gerais, os bancos Sulbrasileiro e Auxiliar apresentam uma estrutura semelhante entre si e diferenciada em relação ao Bradesco. Assim, ambos apresentam um baixo índice de capitalização, baixas taxas de lucratividade e elevadas relações depósitos a prazo/depósitos totais e total dos empréstimos/total dos depósitos. Por seu turno, o Bradesco apresenta um elevado índice de capitalização, altas taxas de lucratividade e baixas relações depósitos a prazo/depósitos totais e total dos empréstimos/total dos depósitos. O único indicador que apresenta uma diferença importante entre os bancos Sulbrasileiro e Auxiliar é o grau de imobilização. Neste aspecto, o Banco Sulbrasileiro

⁷ A rentabilidade média do setor, para o ano de 1983, encontra-se subestimada em relação à dos anos anteriores. Isso decorre do seguinte fato: os dados da revista *Exame*, ao contrário daqueles apresentados pela revista **Balanco Anual**, incluem os bancos estatais, cujo desempenho tem sido bastante problemático. A exclusão deles resultaria num significativo acréscimo da taxa média de rentabilidade do setor.

⁸ Nossa idéia inicial foi a de avaliar o desempenho do Banco Sulbrasileiro em comparação com o desempenho de outros bancos de grande porte, como, por exemplo, o Bradesco, o Itaú, o Auxiliar e o Bamerindus. Infelizmente, só nos foi possível obter os balanços dos bancos Bradesco e Auxiliar que, por essa razão, são os únicos utilizados nesta análise comparativa.

leiro aproxima-se mais da estrutura do Bradesco. No entanto, e isso é importante ressaltar, o grau de imobilização do Banco Bradesco apresenta uma tendência declinante, enquanto para o Sulbrasileiro sua tendência foi ascendente.

A Tabela 1, apresenta alguns dos primeiros indicadores dos Bancos Sulbrasileiro e Bradesco. O objetivo é o de avaliar o desempenho de ambos os bancos em termos comparativos.

Tabela 1

Principais indicadores econômicos dos Bancos Sulbrasileiro e Bradesco – 1981-83

INDICADORES	SULBRASILEIRO			BRADESCO		
	1981	1982	1983	1981	1982	1983
Índice de capitalização	0,04	0,03	0,09	0,16	0,18	0,20
Taxa de retorno sobre o patrimônio líquido	0,10	0,02	(-)0,15	0,29	0,17	0,29
Rentabilidade do patrimônio líquido	0,07	0,06	0,05	0,22	0,13	0,18
Grau de imobilização do patrimônio líquido	0,24	0,60	0,59	0,66	0,58	0,43
Rentabilidade dos empréstimos	0,02	0,02	(-)0,04	0,15	0,12	0,33
Relação depósitos a prazo/total dos depósitos	0,27	0,34	0,45	0,04	0,06	0,12
Relação total dos empréstimos/total dos depósitos	1,14	1,17	1,28	0,71	0,65	0,58
Alavancagem dos depósitos	4,05	3,78	2,96	2,76	2,18	1,51

FONTE: Quadro 3 do Apêndice Estatístico.

A taxa de retorno sobre o patrimônio líquido, definida como a relação lucro operacional/patrimônio líquido, expressa a rentabilidade obtida pela empresa nas suas atividades essenciais. O Banco Sulbrasileiro apresentou não só uma tendência declinante de sua taxa de retorno, como obteve um resultado negativo no ano de 1983, o que contrasta com a evolução e com os níveis obtidos pela taxa de retorno apresentada pelo Bradesco nesse período. Outro fato que chama atenção é o seguinte: a rentabilidade do patrimônio líquido é sempre inferior à taxa de retorno no caso do Bradesco, enquanto para o Sulbrasileiro, nos anos de 1982 e 1983, ocorre exatamente o contrário. Como veremos mais adiante, isso se deve ao resultado não operacional e ao resultado positivo da correção monetária. Em outras palavras, o lucro

líquido positivo ou suficiente para ser distribuído aos acionistas foi obtido através das receitas não operacionais, fundamentalmente de alugueis, e do resultado da correção monetária. A obtenção de um saldo positivo na conta correção monetária constituiu-se, na verdade, num fato negativo para a empresa, pois ela passa a ter que distribuir — quer aos acionistas, quer aos “cofres públicos” — um lucro que de fato não ocorre. Dessa forma, a empresa necessita ou tomar um empréstimo ou desmobilizar para obter a liquidez necessária para a distribuição do lucro.

Em relação ao grau de imobilização do patrimônio líquido, verifica-se que ambos os bancos apresentam um índice elevado, mas as tendências são divergentes. O Bradesco revela uma clara tendência de desmobilização de seu patrimônio líquido, como é recomendável que ocorra num período de crise, enquanto o Sulbrasileiro apresenta justamente a tendência inversa. Talvez isso seja decorrência da aplicação da correção monetária que o Banco Sulbrasileiro utilizou como forma de aumentar o seu lucro líquido.

A relação depósitos a prazo/total dos depósitos revela que o Sulbrasileiro remunerava uma parcela significativa de seus depósitos, sendo que, em 1983, estes chegaram a representar quase a metade do total dos depósitos. O Bradesco, por sua vez, apesar de também mostrar uma tendência ascendente desta relação, apresenta índices bastantes baixos de remuneração de seus depósitos. A significativa diferença reflete-se nos custos de captação que ambos os bancos apresentam.

Finalmente, a relação total dos empréstimos/total dos depósitos — que indica quantos cruzeiros o banco empresta para cada cruzeiro que tem em depósito — também revela uma diferença significativa entre esses dois bancos. Enquanto essa relação é superior à unidade para o Sulbrasileiro, para o Bradesco ela é inferior à unidade. Isso indica que o Sulbrasileiro, num momento em que o Governo impunha um rígido controle sobre a expansão do crédito e incentivava a expansão das operações de mercado aberto, continuava expandindo suas operações de empréstimos. O Bradesco, por outro lado, reduziu suas operações de crédito e, possivelmente, aumentou suas operações no mercado de títulos. Em outras palavras, para cada cruzeiro captado (cujos custos de captação são menores do que o do Sulbrasileiro, como vimos acima) o Bradesco destinava apenas 58 centavos para suas operações de crédito, transferindo o valor excedente, com toda a probabilidade, para suas operações de mercado aberto. Tal fato, implicaria uma redução dos custos de suas operações no “open market.” Cabe ressaltar que, nesse período, as operações com títulos mostravam-se particularmente rentáveis, portanto, o fato de o Sulbrasileiro expandir suas operações de crédito — ao invés de reduzi-las, como seria mais prudente fazer tendo em vista o acréscimo do risco dos empréstimos⁹ — parece-nos indício de que isso se deve à necessidade de rolar as dívidas daqueles seus tomadores

⁹ Na verdade, o Banco Sulbrasileiro tinha uma importante posição no mercado aberto, apenas que não transferia recursos captados, via depósitos, para essas operações. O financiamento delas se dava exclusivamente através de suas operações no “overnight”.

que estavam incapacitados de honrar seus compromissos. Ou seja, a tendência ascendente deste indicador nesse período e o seu elevado nível parecem indicar um elevado grau de deterioração de sua carteira de empréstimos e não, como poderia ser interpretado por alguns dos mais intransigentes defensores desse Banco, uma recusa da administração em se descolar do setor produtivo e ingressar na “ciranda financeira”.

Os dados analisados acima, revelam, de forma clara, a debilidade do Banco Sulbrasileiro. Mesmo num período excepcional para o sistema financeiro, seu desempenho, em termos de sua atividade-fim, foi péssimo, sendo que o lucro líquido positivo obtido foi, principalmente, uma consequência das receitas não operacionais e do resultado da correção monetária. Não é de surpreender, portanto, que quando a crise chega no sistema financeiro, como acontece no ano de 1984, aqueles bancos mais ineficientes, como era o caso do Sulbrasileiro, passam a apresentar sérios problemas financeiros e chegam mesmo à beira da falência – como ocorreu com o Sulbrasileiro e o Brasilinvest.

3.2 – Algumas considerações finais sobre a evolução do Banco Sulbrasileiro

O Banco Sulbrasileiro originou-se, em 1973, da fusão dos três maiores bancos gaúchos da época: o Banco da Província do Rio Grande do Sul, o Banco Nacional do Comércio e o Banco Industrial e Comercial do Sul.¹⁰ Infelizmente, a imprescindível consolidação efetiva dessas instituições, de forma a eliminar sobreposições, tanto na área administrativa como em relação à localização das agências¹¹, e a institucionalizar uma estrutura organizacional moderna e eficiente, nunca foi realizada. É verdade que, em 1982, a direção do Banco Sulbrasileiro decidiu, tardiamente, realizar a tão necessária reestruturação com vistas a torná-lo um banco dinâmico, eficiente e moderno. Além das modificações na sua estrutura organizacional, a diretoria estava ciente de que

“(. . .) o Sulbrasileiro precisará recorrer à substituição de pessoal, seja por aposentadoria dos mais antigos, seja por indenização de outros que, no entender da nova diretoria, não se enquadram nos objetivos estabelecidos. Além disso, realizará diversos programas de treinamento e precisará reduzir seu quadro de 12 mil funcionários, considerado excessivo” (Bal. finan., 1982).

¹⁰ Na verdade, dois desses bancos – o da Província e o Nacional do Comércio – apresentavam problemas gerenciais e de rentabilidade, sendo que apenas o Sulbrasileiro apresentava um bom desempenho econômico e era gerido de forma eficiente.

¹¹ O simples fato de o Sulbrasileiro deter a 8ª posição em relação ao número de agências e o 13º lugar na captação de recursos revela a baixa “produtividade” de sua rede de agências.

Em outras palavras, a própria diretoria do Sulbrasileiro estava consciente de que o banco apresentava sérios problemas administrativos, organizacionais, além de apresentar um excessivo número de agências bancárias e de pessoal. É evidente que esses problemas internos do Sulbrasileiro, independentemente daqueles problemas que decorrem das evidências apresentadas em outros locais de corrupção e de má administração de sua carteira de crédito, se refletirão num fraco desempenho do Banco — mesmo que se adote normas pouco usuais de contabilidade para tentar ocultar esse fato.¹²

A análise dos demonstrativos de resultado do Banco Sulbrasileiro, apresentada com mais detalhes no Apêndice deste trabalho, revela que o resultado operacional foi negativo no período 1973-76 e em 1983. No período 1977-82, o Banco apresentou um resultado operacional positivo, ainda que discreto, em especial no período de 1980-82, quando o mesmo foi praticamente nulo. As receitas não operacionais (essencialmente o item aluguéis) desempenham um importante papel na rentabilidade do banco, em especial no período 1973-76 e no ano de 1983, quando são essas receitas que permitem ao banco apresentar um lucro líquido positivo. No período mais recente, a partir de 1980, a conta correção monetária vem somar-se às receitas não operacionais (que vinham declinando) como fonte de lucro líquido, situação que, evidentemente, não poderia continuar por muito tempo.

A análise que apresentamos acima nos parece suficiente para demonstrar que o Banco Sulbrasileiro, desde a sua origem, era um banco ineficiente e, quando a crise chega de fato ao sistema financeiro — cujas evidências se tornam claras no ano de 1984 —, ele se mostra incapaz de enfrentá-la dada a debilidade de sua situação financeira (péssima qualidade da carteira de crédito, crescente imobilização de seu ativo, acúmulo de distribuição de lucros inexistentes, etc.). Assim, a quebra do Banco Sulbrasileiro, longe de ser resultante de ações de fora do Estado contra este Banco gaúcho, deve-se à sua ineficiência administrativa e organizacional, à crise que se abate sobre o sistema financeiro, em especial, e também à crise geral por que passa a economia brasileira.

¹² “No caso do Sulbrasileiro, por exemplo, bastaria um exame superficial dos balanços para se concluir que o banco estava indo por um terreno movediço. Essa instituição costumava levantar seus problemas com vários meses de atraso e apresentava números muito estranhos, fora dos parâmetros normais e em desacordo com a técnica contábil” (Bal. finan., 1985, p. 28).

Apêndice: análise dos demonstrativos de resultado do Banco Sulbrasileiro S/A – 1973-83^{1 3}

Os demonstrativos de resultado do Banco Sulbrasileiro S/A são apresentados nos Quadros 1 e 2 do Anexo Estatístico:

1º) 1973-77 (Quadro 1), de acordo com a Lei nº 2.627 que vigorava na data.

2º) 1978-83 (Quadro 2), de acordo com a Lei nº 6.404 que fixou definitivamente a “forma dedutiva” como obrigatória para a publicação dos demonstrativos de resultado; ela é muito mais lógica do que a forma estabelecida pela Lei nº 2.627 que era bastante confusa e compacta, além disso impede a camuflagem das informações mais relevantes com respeito aos valores que afetam a apuração de resultados do exercício.

Para facilitar a interpretação dos quadros, tomamos como base o total das receitas operacionais = 100, cabendo às demais rubricas a participação percentual neste total. É bom mencionar que os itens das receitas operacionais do Quadro 1 não coincidiu exatamente com os do Quadro 2, porém ambos expressam os principais elementos, conforme pode-se ver na tabela abaixo.

Tabela-resumo dos demonstrativos de resultado do Banco Sulbrasileiro – 1973-83

INDICADORES	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Receitas operacionais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Despesas operacionais	102,57	114,47	106,81	100,29	94,43	94,38	92,53	99,54	96,17	99,35	105,07
Resultado operacional	(2,57)	(14,47)	(6,81)	(0,29)	5,57	5,62	7,47	0,46	3,83	0,65	(5,07)
Resultado não operacional	19,01	23,69	17,52	15,03	7,73	3,17	0,81	0,67	0,19	0,64	3,24
Lucro líquido	13,47	12,07	11,70	8,24	6,38	5,34	5,31	2,51	2,78	2,62	1,89

Fonte: DOS DADOS BRUTOS: Demonstrativos de resultado do Banco Sulbrasileiro.

Como podemos verificar na Tabela-resumo, as despesas operacionais foram superiores às receitas operacionais, havendo, dessa forma, um resultado operacional negativo nos anos de 1973 a 1976 e um resultado operacional positivo nos anos de 1977 a 1982, voltando a ter resultado negativo em 1983. Embora o período 1977-82 tenha sido superavitário em relação às atividades-fins do Banco, não o foi com brilho, pois, em 1980 e 1982, o resultado era de 0,46 e 0,65 respectivamente, índices muito próximos de zero, dando a impressão que a receita era igual à despesa. Tais acontecimentos previam o nítido resultado operacional negativo de 5,07 que obteve o Banco no ano de 1983.

¹³ Texto de Daniel P. Bueno.

É interessante ressaltar, no caso do Banco Sulbrasileiro, o papel desempenhado pelas fontes não operacionais, pois elas tiveram uma participação relevante no total das receitas operacionais, principalmente no período 1973-76 e no ano de 1983. Por exemplo, observa-se que, em 1974, o resultado não operacional corresponde a 23,69% da receita operacional, e o Quadro 1 demonstra que quase 100% das receitas não operacionais tiveram sua origem em aluguéis. Nos primeiros quatro anos após a fusão, o resultado não operacional atinge em média 20% da receita operacional, e são as receitas não operacionais que salvam o banco do vermelho no final dos exercícios de 1973, 1974, 1975, 1976 e 1983 e ainda habilitam a instituição a distribuir dividendos aos seus acionistas durante estes anos.

Em 1983, o resultado operacional correspondeu a -5,07 da receita operacional (ver Quadro 2), mesmo assim, o Banco teve lucro líquido e, por decorrência, distribuiu dividendos aos acionistas. Isto deu-se por razão da existência de dois itens, resultado não operacional e resultado da correção monetária, 3,24% e 4,46% respectivamente (percentuais da receita operacional). Em 1983, o resultado da correção monetária¹⁴ foi o maior existente em toda a série, e os números indicam que o Sulbrasileiro manteve as suas aplicações em ativos permanentes e esteve altamente endividado, teve um saldo credor na conta correção monetária do balanço, uma conta de resultado que afetou positivamente o lucro apurado. Também pode se dizer que o Banco obteve em 1983 um lucro inflacionário correspondente a 4,46% da receita operacional, assim como nos anos de 1978 e 1979 obteve um prejuízo inflacionário de 1,65 e 1,15 respectivamente. Estes últimos estão associados ao resultado negativo obtido nas adições e subtrações da correção monetária.

Outro item que provavelmente poderia explicar porque o Banco se manteve imobilizado não querendo desfazer-se do permanente seria, quem sabe, a necessidade que o mesmo tinha de apresentar lucro líquido, o que só poderia ocorrer se obtivesse o lucro inflacionário, pois este foi o que o salvou do prejuízo e possibilitou a distribuição de dividendos.

Podemos concluir que houve um perigoso desvio em relação aos objetivos da empresa (sua atividade operacional). Os dados mostram um fraco desempenho do banco que se agrava a partir de 1980, precisamente quando o sistema financeiro obtém excelente taxas de lucratividade.

¹⁴ Resultado da correção monetária: com o advento da Lei nº 6.404, ao final de cada exercício, as empresas procedem à correção monetária de ativos permanentes e das contas integrantes do patrimônio líquido; a diferença entre os créditos e os débitos efetuados na conta de lucros e perdas como contrapartidas dos débitos e créditos realizados nas contas patrimoniais seria o saldo da conta correção monetária do balanço.

Bibliografia

- BALANÇO ANUAL (1979/83). São Paulo, Gazeta Mercantil, v. 3/7, n. 3/7.
- BALANÇO FINANCEIRO (1982). São Paulo, Gazeta Mercantil, v. 3., n. 24., jan. ——— (1985). São Paulo, Gazeta Mercantil, v. 7., n. 62, maio.
- BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRATIVOS DE RESULTADOS DO BANCO AUXILIAR 1980/83 (1981/84). São Paulo.
- BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRATIVOS DE RESULTADOS DO BRDESCO 1980/83 (1981/84). São Paulo.
- BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRATIVOS DE RESULTADOS DO BANCO SULBRASILEIRO 1973/83 (1974/84). Porto Alegre.
- CARRION Jr., Francisco (1985). O Rio Grande não quer favores. **Zero Hora**, Porto Alegre, 8 abr. p. 4.
- ENSAIOS FEE (1983). Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, v. 4, n. 1.
- FOLHA DE SÃO PAULO (1985). Sulbrasileiro foi vítima de rumores, diz Miranda. São Paulo, 27 mar. p. 16.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1983). **A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista**. Porto Alegre. t. 1.
- JACQUES, Eunice (1985). SOS pode vir tarde: e por que o Rio Grande? **Zero Hora**, Porto Alegre, 17 fev. Caderno de Economia, p. 1.
- JORNAL DO COMÉRCIO (1985). Economista analisa a evolução bancária. Porto Alegre, 9 abr. cad. 2.
- MAIA NETO, A. A. et alii (1985). **O caso Sulbrasileiro/Habitasul no contexto de uma política de reconstrução da economia brasileira**. Porto Alegre. (mimeo).
- MELHORES E MAIORES (1981). São Paulo, Abril.
- (1983). São Paulo, Abril.
- ZERO HORA (1985). Hélio Prates se diz traído com a intervenção. Porto Alegre, 7 mar., p. 30-33.